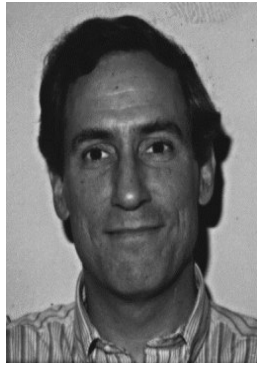




Peter Burke



Robert Darnton



Jacques Le Goff

Intelectuais, política e poder

Por Clóvis Alencar Butzge*

Estudar obras clássicas de alguns intelectuais e entender como a historiografia se posiciona sobre estes estudos são alguns dos objetivos da linha de pesquisa intitulada “Intelectuais, Política e Poder: Antigüidade Clássica, Europa Medieval e Moderna”, coordenada pelos professores Alexandre Pierezan, Fábio André Hahn e Marcos Luís Ehrhardt; a linha conta ainda com a colaboração dos acadêmicos Ana Paula Kapusniak, Camila Flávia Fernandes Roberto, Clóvis Alencar Butzge, Denise Cassel Czekalski e Leandro Spier. Todos os membros são docentes e discentes do curso de História da Unioeste, *campus* de Marechal Cândido Rondon.

Formada recentemente, o primeiro passo dado pela linha de pesquisa foi buscar conhecer um pouco da historiografia sobre história das idéias; o espaço ocupado pela política na historiografia, bem como as imbricações desses dois campos com o poder. Este

artigo abordará, portanto, um pouco de nossa incursão nestes tópicos.

Por que estudar os clássicos intelectuais?

Para responder essa questão consultamos o texto de Lacerda e Kirschner¹. Traçando um breve panorama da história intelectual, as autoras dizem que países como Inglaterra, EUA, Itália e França possuem larga tradição no estudo da história das idéias, mas que “*essa produção tem obtido escassa ressonância nos meios historiográficos brasileiros*”.² Logo, nos parece pertinente participar de um debate historiográfico que, na Europa e nos Estados Unidos, já está ocorrendo há tempos e que aqui, no Brasil, ainda não encontrou seu espaço.

Os ainda incipientes estudos da intelectualidade na historiografia

brasileira tendem, geralmente, a seguir o esquema proposto por Robert Darnton³, que distingue quatro grandes áreas:

A história das idéias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários), a história social das idéias (o estudo das ideologias e da difusão das idéias) e a história cultural (o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas).⁴

Com relação ao objeto da história intelectual, vale a máxima de que o que confere a um objeto ser estudado por esta ou aquela linha historiográfica está no ponto de vista lançado sobre ele. As autoras defendem que as obras clássicas podem ser entendidas como “*os textos e discursos individualizados, de construção*

complexa e matéria erudita (no sentido lato)".⁵ Quanto a sua leitura, diz Skinner, citado por Tuck, "a maneira adequada de se ler um texto histórico é como um produto histórico, em que as verdadeiras intenções do autor [...] devem ser nosso principal guia como o porquê de o texto ter assumido a forma particular que assumiu".⁶

Apesar de parecer uma proposta de estudo elitista, devemos atentar para o fato de que os intelectuais são uma fatia representativa de qualquer comunidade em qualquer época. Produtores de idéias ou produtos de seu tempo, seus textos permitem, entre outras possibilidades, fazer leituras históricas de época e, a partir da possibilidade que o texto oferece de ressignificação, produzir novas leituras (outra boa discussão seria: porque uma obra é clássica e outra não?).

A história da "História das Idéias"

Emprestamos de Falcon⁷ um pouco de sua síntese sobre o desenrolar da história da História das Idéias. O autor inicia pelos séculos XVIII e XIX, citando a corrente iluminista, a qual pôs em evidência as idéias através de sua história filosófica. No entanto, observa Falcon, trata-se "de uma filosofia especulativa da história, teleológica e secular, sem dúvida, mas não existe ainda o recorte das 'idéias' enquanto objeto específico de uma forma particular de historiografia".⁸

Após o Iluminismo, já no século XIX, a historiografia desenvolve-se em duas grandes linhas metodológicas: a romântica e a positivista. A primeira opôs "ao universalismo e naturalismo iluminista a individualidade histórica irreduzível dos povos ou nações e do próprio indivíduo [...] As idéias possuem agora uma existência real ou objetiva e se constituem em princípio constitutivo do devir histórico".⁹

Já a historiografia positivista tem em seu bojo um caráter evolucionista e cientista, e compreendeu três grandes vertentes filosóficas, sendo elas a positivista de Comte e Stuart Mill; a evolucionista de Darwin, exposta por Spencer e Buckle; e o materialismo histórico de Marx e Engels. Apesar de

explicarem as idéias de formas distintas, ambas possuem uma premissa comum: a de que as idéias são socialmente determinadas.

Enfatizando basicamente as fontes documentais, a historiografia positivista centrava-se na objetividade e na disciplina metodológica, não problematizando seus objetos de estudo. Especializou-se em compartimentalizar as diversas formas de manifestação das idéias a serem estudadas (literatura, filosofia, artes, política etc.). Estudaram-se as idéias sob uma plataforma temporal linear e homogênea, desgarrando as idéias produzidas de seu contexto de produção.

Antes mesmo de concluir o século XIX, o positivismo já sofria duras críticas. Os antipositivistas queriam que, ao lado da razão, também fosse recuperada a individualidade. Afrontava-se assim o racionalismo positivista-determinista herdado do Iluminismo. Falcon situa o período de 1890 a 1929/30 como uma época na qual se combateu o cientismo positivista, em especial por este pretender tratar as ciências humanas a partir de paradigmas advindos das ciências naturais. O panorama intelectual da época, em síntese de Falcon, é o seguinte:

(1) as críticas endereçadas ao marxismo de então por autores como G. Durkheim, V. Pareto, B. Croce, J. Sorel etc; (2) a 'descoberta' do 'inconsciente' – Freud, Jung, Bergson; (3) o retorno neo-idealista de Kant e/ou Hegel, Dilthey, Rickert, Simmel, Croce, Meinecke, Troeltsch; (4) as releituras de Maquiavel, Pareto, Mosca, Michels; (5) a tentativa de superar/conciliar positivismo (cientismo) e idealismo (historicismo), de que Weber dá o melhor exemplo.¹⁰

Este painel, plural e muitas vezes dissonante, contribuiu para que a História das Idéias passasse a ter espaço dentro da historiografia, propondo-se o estudo da intelectualidade.

Seguindo ainda a periodização proposta por Falcon, temos o período que compreende os anos 1929/30 aos 1960/70. Nesta época evidencia-se uma rejeição tanto do positivismo como do historicismo, graças a algumas correntes historiográficas surgidas,

principalmente, na França e nos EUA. No entanto, não se pode perder de vista que houve continuidade das tendências "antigas", com destaque para a hegemonia positivista, ainda responsável por grande quantia de produção historiográfica, assim como por notável influência político-institucional.

Especial atenção chamavam as relações entre historicismo e marxismo. O positivismo, claro, não deixou de ser o "inimigo" comum de todas as tendências, apesar de estas terem se apropriado, sem muito pudor, de seus métodos de crítica documental. No entanto, o historicismo, com sua concepção autônoma das idéias, e o marxismo, que as entendia socialmente determinadas, serão os interlocutores (adversários) das novas propostas historiográficas. Antes de cometermos uma injustiça, ressaltamos que o marxismo viveu transformações que o tornaram, em certos casos, muito diferente do pensamento determinista do início do século. Basta pensarmos na Escola de Frankfurt. Tais transformações mantiveram o marxismo no horizonte das novas tendências historiográficas.

No período em questão, vale ainda ressaltar a importância da Escola de *Annales* e da história das idéias norte-americana. A primeira, apesar de contrária ao método positivo de historiografia das idéias; não se furtou a produzir textos que abordassem as idéias; porém, como frisa Falcon:

demonstraram as possibilidades de uma história intelectual comprometida com a análise, ora dos grandes movimentos coletivos, ora de psicologias individuais, mas sempre alicerçados em conceitos inovadores como utensilagem mental, atitudes mentais, formas de pensamento, além de englobar questões ou tópicos como a linguagem, as crenças, a cultura popular, as concepções filosóficas etc.¹¹

Por seu turno, a história das idéias norte-americana é representada pela *New History* de J. H. Robinson e pela *History of Ideas* de A. O. Lovejoy, sendo a primeira hegemônica desde o início do século, e sofrendo concorrência da segunda a partir dos anos 1940. Na base conceitual da *New History*, podemos encontrar os seguintes

princípios: o objetivo da história é a compreensão humana e a partir daí servir de instrumento para solucionar os problemas presentes e futuros; estudar a história intelectual sem cair em trivialidades nem se limitar às instituições oficiais; interdisciplinaridade; e, a história desenvolve-se contínua e eternamente e é compreendida à luz da percepção dos anacronismos de nossas idéias e instituições. Com relação à história das idéias especificamente, o debate travou-se internamente entre Collingwood e Lavejoy. O primeiro defendia que todo conhecimento é conhecimento do presente, já o segundo afirmava ser todo conhecimento, conhecimento do passado.

Nas décadas de 1950 e 1960, a novidade foi a aproximação entre os *Annales* e o marxismo, numa “virada” do primeiro para uma história quantitativa (anos 1950) e para o estruturalismo (anos 1960). A *nouvelle histoire* vai trazer a baila as idéias travestidas de ideologias e mentalidades. Outro movimento historiográfico importante foi o grupo de historiadores do Partido Comunista Britânico (Eric Hobsbawn, Edward Thompson, Maurice Dobb, Christopher Hill etc.), que reserva importante espaço à cultura, por conseguinte às idéias, em sua historiografia social marxista.

O período de 1960/70 a 1990/95 é, conforme Falcon, a época na qual “a história das idéias renovou-se e consolidou-se em função das novas tendências então presentes na historiografia ocidental”.¹² Destaca-se, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a *New Intellectual History*; na França e nos Estados Unidos, a História Social das Idéias ou História Sociocultural; e, ainda na França, a significativa presença das idéias na História das Mentalidades ou História Cultural. Registram-se ainda neste período a aproximação de campos de conhecimento vizinhos, como a filosofia, a lingüística e a teoria literária.

Este tênue esboço, que por sua concisão pode incorrer em erros, permite-nos ter uma noção do desenrolar do debate sobre a história das idéias e realizarmos uma breve análise das relações entre a história, a política e o poder.

Conjecturas finais: História, Política e Poder

*“História e poder são como irmãos siameses – separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível”.*¹³

Em suas obras, os positivistas deram importância quase que absoluta à política e ao poder institucionais, o que valeu à historiografia positivista a denominação de “história política tradicional”. Este atrelamento ao poder constituído acaba por caracterizar a história como “mantenedora” do *status quo*, elevando seus heróis e construindo uma memória histórica que privilegia as elites.

A história política tradicional sofrerá um forte revés a partir do final dos anos 1920, principalmente com a forte crítica formulada pela Escola de *Annales*, a qual vê em sua subserviência e falta de crítica motivos suficientes para invalidá-la. A marcação cerrada dos *Annales* sobre a história política tradicional pôs a última praticamente em estado de interdição por décadas na França (porém não aconteceu o mesmo em países como a Grã-Bretanha, Itália, Alemanha e EUA).

Em interessante texto, Jacques Le Goff¹⁴ perfaz o caminho da história política tradicional e demonstra que, desde o Antigo Regime, os conceitos de política e poder estavam diretamente associados ao Estado, à Nação, aos mandatários. O autor francês admite que a Escola de *Annales* causou enorme estrago nesta história política das elites, mas afirma que a política não foi (nem deve ser) abandonada pela história.

Apesar do descrédito junto à história recente, Le Goff acredita que a política foi reabilitada pelas ciências humanas, como a antropologia política, a sociologia política e a geopolítica, o que viabiliza inseri-la (a política) na verdadeira ciência da história. A partir desse pressuposto, Le Goff propõe uma nova história política, que seja “dedicada às estruturas, à análise social, à sociologia e ao estudo do poder”.¹⁵ Enfim, Le Goff não quer que a política seja a ossatura da história, nem que seja independente da história geral, mas sim, a quer no núcleo

das discussões historiográficas.

Este novo encaminhamento para o estudo histórico da política, em nossa visão, possibilita entendê-la de forma apartada de sua concepção tradicional e possibilita a produção de uma historiografia que se preste à análise, à crítica e ao entendimento dos conflitos existentes na sociedade e, o que é importante, sem se prestar ao serviço de “mantenedora” de uma classe dominante.

Para concluir: trazemos a baila estas discussões, inconclusas, para explicitar um pouco do debate que nos propomos a fazer na linha de pesquisa “Intelectuais, Política e Poder” e porque entendemos que a história das idéias pode ser, entre outras coisas, instrumento valioso para compreender as manifestações da intelectualidade humana.

* Acadêmico do curso de História/Unioeste.

Notas

¹ LACERDA, Sonia; KIRSCHNER, Tereza C. Tradição intelectual e espaços historiográficos ou porque dar atenção aos textos clássicos. *Revista de pós-graduação em História da UnB*, Brasília, v. 2, pp. 5-22, 1997.

² Idem, pp. 5-6.

³ Apesar de ser o mais aceito hoje no Brasil, Lacerda e Kirschner criticam as ambigüidades do esquema proposto por Darnton, fruto da obscuridade dos critérios taxionômicos e falta de precisão conceitual adotados. E estendem a crítica às demais tipologias que tentaram, sem sucesso, caracterizar os estudos da história intelectual.

⁴ Idem, p. 8.

⁵ Idem.

⁶ TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 275.

⁷ FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 91-125.

⁸ Idem, p. 98.

⁹ Idem, p. 99.

¹⁰ Idem, p. 104.

¹¹ Idem, p. 109.

¹² Idem, p. 113.

¹³ FALCON, Francisco, op. cit., p. 61.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História? In: _____. *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983, pp. 215-235.

¹⁵ Idem, p. 227.